

Cléa Gois*

Sartre e a Psicanálise Existencial

Psicanálise Existencial

Temos dois sentidos de psicanálise existencial:

A – Uma psicanálise existencial psiquiátrica, desenvolvida por Ludwig Binswanger; Viktor Von Gebsattel, Erwin W. Strauss, Eutene Minkowski e Rollo May. Binswanger a definiu como uma forma de antropológica de investigação científica, isto é, uma forma encaminhada a apreender a essência do ser humano. Seu nome e fundamentação filosófica derivam da análise existencial de Heidegger. Heidegger teve o mérito de haver descoberto uma das estruturas fundamentais da existência e descrevê-la em suas partes essenciais, isto é, a estrutura do “estar-no-mundo”.

As idéias de Binswanger representam uma parte importante do que chamamos de psicanálise existencial psiquiátrica, mas nem todos os psicanalistas existenciais estão de acordo com ela. Mas todos os psicanalistas acima citados insistem em que cultivam uma ciência empírica e que tem fins terapêuticos.

Os psicanalistas existenciais argüem contra os psicanalistas ortodoxos, ou clássicos, que ainda que estes últimos pretendam não apoiar-se em fundamentos filosóficos, o certo é que quase todas as suas teses e práticas se fundem em uma concepção naturalista do ser humano e, usando esquemas procedentes das ciências naturais, por exemplo, o esquema da explicação causal.

B – Em outro sentido se chama de psicanálise existencial a psicanálise proposta por Jean-Paul Sartre, n’*O Ser e o*

* Doutora em Filosofia. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nada, parte IV, cap. II, seção 1. Nem uma fenomenologia ontológica nem uma pura descrição empírica bastam para decifrar, isto é, saber interrogar as condutas, tendências e inclinações humanas. É necessário um método, que é a análise existencial. Sartre descreve seu princípio, finalidade, ponto de partida e método da seguinte maneira: o princípio que é o homem é uma totalidade e não uma coleção; em consequência se expressa inteiro na mais insignificante e mais superficial de suas condutas. A finalidade é decifrar os comportamentos empíricos do homem. O ponto de partida é a experiência; seu ponto de apoio é a compreensão pré-ontológica e fundamental que o homem tem da pessoa humana. Seu método é comparativo, posto que, com efeito, cada conduta humana simboliza a seu modo a escolha fundamental que porá em manifesto, e, posto que ao mesmo tempo cada conduta oculta tal escolha sob seus caracteres ocasionais e sua oportunidade histórica, comparando estas condutas, faremos surgir a revelação única que expressam de modo diferente.

Sartre reconhece que o esboço primeiro do método da psicanálise existencial foi proporcionado pela psicanálise de Freud e seus discípulos [Carl Gustav Jung e Alfred Adler], mas esta é razão demais para estabelecerem que diferem ambos tipos de psicanálise. Uma discrepância fundamental é esta: a psicanálise clássica tem decidido acerca de seu elemento irreduzível em vez de deixá-lo, que se manifesta por si mesmo em uma intuição evidente. A Libido ou a Vontade de poder constituem, com efeito, um resíduo psicobiológico que não é por si mesmo claro, e que não nos parece que deva ser o fim irreduzível da investigação. Esta discrepância se deve ao que se poderia chamar, paradoxalmente, a natureza da escolha fundamental, que desempenha um papel decisivo na idéia sartreana da realidade humana, e que descarta todas as causações mecânicas e, em rigor, todas as causações. A psicanálise existencial interroga com a finalidade de extrair à luz esta escolha, a diferença de qualquer estado. Uma importante diferença entre a psicanálise freudiana e a sartreana é que esta última rechaça a hipótese do inconsciente. O fato psíquico, afirma Sartre, é co-extensivo à consciência.

“A psicanálise empírica trata de determinar o complexo. A psicanálise existencial procura determinar o projeto original” [EN, 690¹]. O projeto é o conceito chave de Sartre para o exame do comportamento humano e é estabelecido a partir da liberdade radical do conceito de para-si [consciência]. Ora, se somos indeterminação pura, não possuímos nenhum caráter no sentido estrito da psicanálise clássica, freudiano ou não, pois toda ela é determinista. Sartre afirma que não há caráter, há o projeto de si mesmo. Educação, hereditariedade, constituição física são para Sartre ídolos explicativos da nossa época; para ofuscar nossa liberdade, nos eximimos da responsabilidade e usamos como arma a má fé.

Somos condenados a ser livres, somos livres para escolher a nós mesmos.

Sartre estuda como se desdobra e se efetiva no mundo nossa liberdade, segundo a estrutura da ação humana. O para-si cria um conteúdo através de atos: ele é obrigado a escolher e agir, face as possibilidades que se abrem diante dele. A ação é fundada no vazio do para-si e na sua capacidade de negação.

Mas, para agir, o homem deve estabelecer projetos: decidir entre as coisas a serem feitas, e quais ele irá efetivamente fazer. A decisão é feita pela valoração da consciência. A consciência confere valor às coisas, tornando-as preferíveis umas às outras. Por isso, Sartre afirma que a consciência reflexiva se identifica, com a consciência moral. A consciência moral é necessariamente implicada na consciência reflexiva. Ao refletir sobre o mundo, eu imediatamente o julgo e o avalio. O valor é a criação específica do ser para-si: funda-se na liberdade.

Ao criar e conferir valores, escolho livremente meus atos e o que a psicanálise clássica chamaria de “caráter”. Essa escolha fundamental de mim próprio é o que Sartre designa de “projeto original”: não é um “caráter”, pois pode ser mudado a qualquer momento, mas orienta a minha maneira de apreender o mundo, subordina meus outros projetos e determina minhas ações, emoções, sentimentos etc.

¹ [En=abr. de «L'Être et le Néant». Edição utilizada: J.-P. SARTRE, *L'Être et le Néant*, Paris: Gallimard, 1949.

À psicanálise freudiana reconhece Sartre muitos méritos, tanto práticos como teóricos: o de ter considerado o homem não como um conjunto de fenômenos sem relação, mas como uma totalidade orgânica; o de ter compreendido que cada palavra e cada gesto humano só encontram o seu significado se referidos a esta totalidade; e que ambas, as palavras e os gestos, são símbolos de situações outras, as quais devem ser levadas em conta para compreender tais palavras e gestos; que existe no homem uma vida profunda e pré-reflexiva onde atuam desejos e impulsos de grande importância para todo o ser e agir humanos; e que o problema de fundo é a determinação desses desejos e impulsos, embora o sujeito não possa cumprir esta tarefa por si só, apenas com o seu próprio intelecto. Mas para Sartre, a psicanálise freudiana veio comprometer a validade das suas próprias teses, ao ditar diversos princípios falsos. Sendo que alguns destes princípios são análogos aos da velha psicologia que, todavia, a psicanálise pretendia rebater. Freud, manteve uma concepção materialista e biologista, basta que pensemos como é apresentada a libido – das forças e dos fenômenos psíquicos. Desprezou a natureza própria da consciência, introduzindo a noção de inconsciente e negando a capacidade de livre escolha inerente ao homem. Assim, esboçou uma teoria determinista e generalizante, resultado de considerar as forças e as estruturas como atuantes de um modo universal e necessário em todos os indivíduos. Destituído de sua capacidade intrínseca de livre escolha, o homem freudiano surge condicionado de um modo absoluto por toda uma série de determinismos, situações que o restringem a uma certa natureza e a um certo passado.

A psicanálise existencial esboçada por Sartre pretende, antes de mais nada, dar um novo fundamento à especificidade dos fenômenos psíquicos e recupera a consciência como livre escolha e livre projeção. Rejeita a pretensão de considerar as pulsões e os complexos como outros tantos em-si [mundo] existentes em números finito dentre os quais se poderiam indicar de um modo universal e necessário os mais importantes [a sexualidade, o poder, a morte etc.].

Para-si ontologicamente livre e projetivo, a consciência pode produzir, na realidade, toda espécie de desejos. Toda consciência constitui, de um modo autônomo e indecomponível, a sua teia de desejos e projetos próprios, de faltas e de escolhas

próprias. A tarefa da psicanálise não pode ser, portanto, o estabelecimento de uma tabela apriorística e abstrata dos desejos, complexos etc. Em vez disso, ela deve interrogar a consciência na sua existencialidade individual, procurando compreender o modo como o “projeto fundamental” do homem, fazer-se síntese finalmente de em-si-para-si, fazer-se Deus, se concretiza em cada caso singular em múltiplos desejos e projetos particulares e numa determinada relação consigo, com o Outro, com o mundo circundante.

Com a definição da consciência como a liberdade, Sartre é levado a não considerar o peso dos condicionamentos psíquicos, mas é preciso dizer que algumas críticas ao biologismo e ao determinismo são muito importantes e que sua insistência nas questões da Consciência- como falta é desejo e da escolha como expressão pré-reflexiva, de todo o sujeito enquanto ser-no-mundo, suscita um aprofundamento dos aspectos subjetivos e existenciais presentes no agir humano.

A liberdade é apresentada como uma “totalidade não-analisável” [EN, 548], não podendo ser objetivada ou definida de modo algum. Dela apenas se pode ter uma experiência pessoal e interior. Mas a liberdade configura-se como um absoluto: sem essência, sem norma, sem necessidade lógica. Não estando condicionada a qualquer fixação efetiva na situação histórico-social do sujeito humano, a liberdade não pode ser examinada na sua proveniência, conteúdos, modos específicos e determinadas; definida como superação e transcendência, configura-se como não-ser, como negação genérica de uma realidade classificada como faticidade opaca e em estado bruto. Identificada como o próprio ser do homem, deveria na teoria definir o horizonte ontológico do agir humano sob a forma de possibilidade e problematização. Ao invés disso, e devido ao seu caráter absoluto, esta identificação transforma-se o âmbito do possível e do problemático- que deveria diferenciar o homem das coisas- no seu contrário- o homem, como já dissemos, está condenado à liberdade, ou seja, vive a liberdade como necessidade e como destino.

O homem, neste ponto, vive no absurdo e na angústia. O absurdo está, para Sartre, no fato de que o ato humano, qualquer que seja este ato, sendo levado a cabo por um sujeito livre, independente de todos os princípios e valores dados, assim como criticamente transcendente ao negar a realidade sobre a

qual age, não é fundado em qualquer objetividade exterior, sendo determinado apenas por uma norma interior, para além de todas as razões; por isso, incompreensível, absurdo, à luz dos simples dados e dos princípios gerais e objetivos. A angústia, em seguida, está no fato de que o sujeito enquanto sujeito livre se descobre como um mero nada, como transcendência que se distancia em relação às coisas, como inevitável projeção em direção a esse nada que é o futuro, assim negando o ser do presente. E acaba descobrindo também o inquietante vazio da sua própria disponibilidade em relação à infindável gama de possibilidades de ação num mundo que, por sua vez, lhe surge como enigmático e silencioso, não a ponto de impedir a ação, mas também não fornecendo um sentido e indicações de modo a clarificar a própria ação. Concebida como não-ser, como transcendência, por definição estranha ao ser e estranhando o ser, a liberdade sartreana parece condenar o homem a uma solidão, porque não há a priori a possibilidade de deixar uma marca válida na realidade.

O conceito primordial da psicanálise existencial é o da liberdade, que analisamos a seguir.

A Liberdade

O que leva Sartre a rejeitar a concepção comum de liberdade é sua crença de que o poder de realizar fins particulares não é em si um grande valor; sob esta sentença repousam outras três. Em primeiro lugar, o homem é um ser que só existe projetando-se a si próprio além do presente, em direção ao futuro. Existir é fincar alvos e perseguí-los. Se tenho um desejo empírico e ele é satisfeito, significa que substituiremos e devemos substituí-lo por outro desejo. Um estado de completa satisfação dos desejos seria equivalente à morte. A tragédia da condição humana está em que o homem é um ser que deseja e o desejo é um estado de carência ou falta. O existencialista afirma que o homem comum definiu a liberdade com base na noção errada de que há um estado de desejo satisfeito ou ausência de frustração, que pode ser alcançado através da satisfação dos desejos empíricos. O homem tem de desejar para existir, e no ato do desejo, ele se constitui como incompleto e não realizado. Tal imperfeição e insatisfação é necessária para que o homem seja livre, mesmo no sentido de ser capaz de superar obstácu-

los. A liberdade, diz Sartre, “cria ela mesma os obstáculos em atitude dos quais sofremos” [EN, 576]. Portanto, não adianta dizer que eu sou livre para ir ao Japão pelo fato de não ter dinheiro. Pelo contrário, é em relação a meu projeto de ir ao Japão que eu me vou situar não tendo dinheiro.

Em segundo lugar, mesmo que o homem conseguisse satisfazer todos os seus desejos particulares, empíricos, ele não alcançaria a felicidade; pois o desejo de objetos particulares, empíricos do mundo, está sempre pendente e é simplesmente uma particularização do desejo mais geral, do impossível. O projeto fundamental do homem, de ser Deus, mas não pode ser satisfeito através do desejo empírico, como o complexo de Édipo não pode ser resolvido, ao sonhar que um soldado mata o general. O que Sartre quer dizer é que um desejo satisfeito, no sentido de desejo realizado não traz satisfação no sentido de prazer ou felicidade.

Em terceiro lugar, mesmo que o homem pudesse furtar-se ao assalto desejos e pudesse sentir prazer ou felicidade num estado de satisfação total dos desejos, isto se daria à custa da intensidade e dos valores existencialistas. É claro, que a vida intensa com valores existencialistas seria superior a um estado de contentamento ou felicidade.

O homem, diz Sartre, não pode ser ora livre, ora escravo; ele é totalmente sempre livre, ou não o é [EN, 516]. Ele nega que situações objetivas, ou motivos subjetivos nos conduzam realmente à ação. A situação objetiva nos leva a agir somente na medida em que a apreendemos e nossa própria apreensão de uma situação objetiva é determinada por uma livre escolha de fins. As paixões ou motivos subjetivos só podem ser considerados num sentido derivado, uma vez que as paixões só têm o peso que lhe damos. Não somos joguetes de nossas paixões; somos nós que as escolhemos. É claro que as paixões ou motivos subjetivos existem realmente. Mas não devemos considerá-los como “pequenas entidades psíquicas habitando a consciência” [EN, 643] e exercendo uma influência causal original, e não como manifestações de uma opção anterior.

O motivo real do comportamento humano é um projeto original de nos escolher livremente no momento em que nos destacamos do em-si [mundo] para criar nosso próprio mundo. A causa genuína do comportamento humano é o projeto

fundamental de ser do indivíduo. E esse projeto é uma opção e não um estado; não está enterrado “nas trevas do inconsciente” [EN, 661]. É antes de tudo uma determinação livre e consciente de si mesmo. A liberdade para Sartre consiste em que o projeto de ser do indivíduo, fundamental e livremente escolhido, exprime a totalidade de seu impulso em direção ao ser, sua relação original para consigo, com o mundo e com os outros. O homem, diz Sartre, “é uma totalidade e não uma coleção” [EN, 656]. Pois, dado o conhecimento do projeto fundamental de ser de um indivíduo, é possível compreender a mais insignificante e mais superficial de suas atitudes.

A Liberdade é o fazer-se do homem. O para-si, com efeito, é consciência, mas também e mais profundamente liberdade, pois está constituído pelo nada que leva em si e que o opõe radicalmente ao em-si. Já que não pode ser simplesmente, fica a obrigação de fazer-se. Mas a liberdade não é outra coisa: é esse mesmo nada que caracteriza o homem, ou a realidade humana, que segrega seu próprio como possibilidade permanente daquela ruptura ou aniquilação do mundo que é a estrutura mesma da existência. A liberdade é condição primeira da ação.

A Liberdade não é definível, porque não tem essência; pelo contrário, a liberdade é o fundamento de todas as essências. É precisamente o nada que tem existido no coração do homem e que obriga a realidade humana a fazer-se, em lugar de ser. Consiste, portanto, na mesma existência humana: nela a existência precede a essência, isto é, não há uma natureza humana: somente é uma maneira de dizer que o homem se faz escolhendo-se. A liberdade do para-si aparece como seu ser. Mas como essa liberdade não é algo dado, nem uma propriedade, somente pode ser escolhendo-se.

Sartre, como já vimos, aceita a análise comum do ato voluntário, que se determina para seus fins através de certas causas subjetivas e motivos objetivos. Mas a realidade humana não pode receber seus fins nem do exterior nem de uma pretendida natureza interior. Ela mesma os escolhe e por essa escolha confere-lhes uma existência transcendente como limite externo de seus projetos. A liberdade originária é pura espontaneidade e o fundamento dos fins que trata de alcançar, seja pela vontade ou pelos impulsos passionais; toda a estrutura da escolha deliberada se organiza com o conjunto de causas, motivos e fins pela espontaneidade livre e está sustentada por uma liberdade origi-

nária e ontológica, que coincide com a aparição da mesma existência. Estou condenado a ser livre, isto significa que não se poderá encontrar na minha liberdade outros limites que ela mesma, ou, que não somos livre para deixar de ser livres.

O ato fundamental da liberdade e o que dá seu sentido às ações particulares, um ato constantemente renovado, que não se distingue de meu ser, é escolha de mim mesmo no mundo e, ao mesmo tempo, descobrindo o mundo. É uma escolha original que se confunde com a consciência que temos de nós, porque escolha e consciência são uma só e a mesma coisa. E é vez do projeto fundamental de minha existência, pois a liberdade não se refere tanto aos atos e volições particulares quanto a esse projeto fundamental, no qual estão compreendidos e que constitui a possibilidade última da realidade humana. O projeto fundamental deixa sem dúvida uma certa margem de contingências e volições aos atos particulares; mas a liberdade originária é a que é inerente à escolha deste projeto inicial e às diversas maneiras de construir nossas vidas pela vontade, encontram sentido no projeto inicial e não poderão alcançar mais que estruturas de detalhe que não modificam jamais o projeto original. Nossos projetos particulares referentes à realização no mundo de um fim particular se integram no projeto global que somos.

Mas a liberdade é pura faticidade e contingência. Que o para-si seja livre não significa que seja seu próprio fundamento. Se ser livre significará ser seu próprio fundamento, seria preciso que a liberdade decidisse acerca de seu próprio ser. Não poderia determinar-se a existência partindo do nada, já que então seria Deus. O homem em sua liberdade está aflito de uma contingência irremediável. Estamos condenados à liberdade, abandonados e jogados nela. Por isso nossa liberdade está em situação e não podemos modificar nossa situação ao nosso arbítrio. Denominaremos situação à contingência da liberdade no pleno do ser do mundo e enquanto é dado, que não está ali para obrigar a liberdade. O Para-si se descobre como marcado no ser, cercado pelo ser, ameaçado pelo ser; descobre o estado de coisas que o rodeia como motivo para uma reação de defesa ou ataque. O paradoxo da liberdade é que não há liberdade senão em situação e não há situação senão pela liberdade.

Há diversos tipos de situação: espacial, geográfica, passado, meu próximo. Em todas elas, a liberdade encontra

resistências e obstáculos que não foram criados. No entanto, não destroem, nem amenizam a liberdade da escolha, que não há de confundir-se com a liberdade de obter, pois a liberdade pode assumir na previsão e organização de seus projetos as realidades provenientes de um coeficiente de adversidade e de utilidade. O projeto de liberdade é um projeto aberto e a liberdade recupera e faz com que entrem na situação os limites irrealizáveis, escolhendo ser liberdade limitada pela liberdade do outro, ou assumindo a alienação permanente de seu ser-objeto. Sou absolutamente livre e responsável por minha situação. Mas não sou jamais livre senão dentro de uma situação. Assim, a liberdade é total e infinita, o que não quer dizer que não tenha limites, senão que não os encontre jamais. A liberdade tropeça nos únicos limites que se impõe a si mesma: a morte e o nascimento.

A morte, como situação-limite, Sartre tenta humanizar sua realidade. A morte é simplesmente um fato puro ou faticidade derivada de minha contingência e ser nada; e, como o nascimento, é afetada do mesmo absurdo. É absurdo que tenhamos nascido, como é absurdo que devamos morrer, esse absurdo se apresenta como alienação permanente de meu ser-possibilidade que não é já minha possibilidade. É uma espera enganosa, que isenta toda a significação da vida. Eu sou espera de esperas que a morte suprime totalmente; a morte transforma minha vida em destino. Mas não traça limites a minha liberdade. Trata-se pois, de um limite permanente a meus projetos, e como tal deve ser assumido este limite. Não há no fundo diferença entre a escolha pela qual a liberdade assume sua morte como limite inacessível de sua subjetividade e aquela pela qual escolheu ser liberdade limitada. A consequência é que a morte marca o signo mais claro da negatividade do para-si, que se deve resistir com fria atitude estoíca.

O erro do determinismo psicológico foi o de procurar uma causa pré-existente, unívoca e objetiva para todos os atos humanos, ao mesmo tempo que descarta a existência da consciência crítico-intencional do homem e a sua inerente capacidade de agir de um modo livre e próprio em relação à faticidade do existente. A esta atitude errada, contrapõe Sartre uma psicologia que se recusa a reduzir a consciência a um inerte em-si, em vez disso, concebendo-a como um para-si ontologicamente “em falta” e “desejante” e, portanto, ontologicamente tende a supe-

rar a sua própria situação. A liberdade é, precisamente, “superção” e “projeção” absolutamente espontânea e não derivada do sujeito. O livre agir não resulta propriamente de alguma causa que o motive, sendo antes ele mesmo, ao escolher as suas próprias causas, a luz dos seus próprios fins e projetos. A psicologia não deve, pois, pretender “entender” de um modo intelectual e determinista os motivos singulares que estão por trás dos atos humanos singulares. Deve, em vez disso, procurar “compreender”, a teia de escolhas e de projetos autônomos e originais que constitui o ser do homem enquanto sujeito livre. A esta psicologia antifactualista e antideterminista deu Sartre o nome de “psicanálise existencial”.

Resumo

Este artigo procura trabalhar com a idéia de Psicanálise em Sartre. Parte-se da idéia onde a primazia à liberdade é a tônica da psicanálise existencial; a consciência livre e projetiva produz, na realidade, toda a espécie de desejos. A tarefa da psicanálise existencial é interrogar a consciência individual.

Abstract

This article views to work with the Psychoanalysis ideas in Sartre. Where the primacy to freedom is the strength of the existencial psychoanalysis, the free and projective consciousness produces, in reality, all kinds of wishes. The task of the existencial psychoanalysis is to interrogate the consciousness in its individual existence.